

# Ministério Público

## Minas Gerais

### Concurso 36

## Prova Preambular (1º Fase)

### PROVA DE DIREITO PENAL

01. Assinale a alternativa falsa:

- a) o neokantismo propicia uma consideração predominantemente teleológica do injusto, sendo que os elementos formais descritivos se transformam em elementos materiais normativos, infiltrados pelo valor;
- b) de acordo com a teoria do incremento do risco, será causal a omissão quando a não execução da atividade possível para evitar o resultado tenha diminuído as chances de sua não verificação;
- c) o sujeito passivo da ação é sempre o titular do bem jurídico tutelado;
- d) os crimes de quadrilha ou bando, motim de presos e rixa são exemplos de tipos plurissubjetivos;
- e) a violência figura como elemento constitutivo dos crimes de extorsão, roubo, constrangimento ilegal e esbulho possessório, dentre outros.

02. Assinale a alternativa correta:

- a) em todos os crimes dolosos, praticados contra vítimas diferentes, em continuidade delitiva, poderá o Juiz, considerando a culpabilidade, os antecedentes, a conduta social e a personalidade do agente, bem como os motivos e as circunstâncias, aumentar a pena de um só dos crimes, se idênticas, ou a mais grave se diversas, até o triplo;
- b) o perdão judicial concedido pelo Juiz é de aceitação facultativa por parte do réu;
- c) para a teoria da culpabilidade que remete à consequência jurídica, o erro de tipo permissivo afeta a culpabilidade dolosa mas o dolo do tipo se mantém; se o erro for invencível, exclui a culpabilidade dolosa; se vencível, derivado de culpa, responderá o agente pela negligência, havendo previsão legal;
- d) os crimes de adultério, omissão de notificação de doença, estelionato e patrocínio infiel são crimes de mão própria;
- e) as escusas absolutórias, ao incidirem sobre o juízo de reprovação pessoal feito ao agente, deverão ser obrigatoriamente consideradas pelo juiz.

03. Assinale a alternativa falsa:

- a) para as teorias ancoradas no funcionalismo sistêmico, a culpabilidade não se apresenta como um juízo valorativo, mas como forma de resolver um conflito social não devidamente processado na sociedade;
- b) o elemento confiança é imprescindível para caracterizar uma das modalidades do furto qualificado, mas tão somente na medida em que coloca os bens e valores do sujeito passivo na esfera de disponibilidade do agente;
- c) no crime de abandono de incapaz, a qualidade de curador da vítima faz aumentar a pena do agente;
- d) com relação ao lugar do crime, o Código Penal Brasileiro adotou a teoria da ubiqüidade;
- e) o trabalho externo é inadmissível no regime fechado.

04. C debate-se na água, prestes a afogar-se. A pretende salvá-lo, utilizando o único barco disponível, que pertence a B, sendo impedido por este, que retém o barco, pois teme estragá-lo. A vítima morre, constatando-se que teria sido salva se B não retivesse o barco. B responderá:

- a) pela prática de crime de homicídio culposo;
- b) pela prática de crime de homicídio doloso;
- c) pela prática de homicídio culposo com o aumento da pena relativo à omissão de socorro;
- d) pelo crime de omissão de socorro seguido de morte;
- e) pelo crime de omissão de socorro culposo.

05. Assinale a alternativa falsa:

- a) é possível haver arrependimento eficaz nos crimes comissivos por omissão;
- b) o instituto do exercício regular de direito não é aplicável nos crimes de omissão imprópria;
- c) é inadmissível a autoria mediata na omissão imprópria;
- d) a teoria do domínio do fato é inaplicável aos delitos de omissão imprópria;
- e) não é possível falar-se em coação moral irresistível na omissão imprópria.

06. Um particular, supondo lícito deter alguém que sabe estar sendo procurado pela prática de crime, sai em sua perseguição ao vê-lo de longe em uma via pública; na disparada, vai de encontro a uma criança, que cai e fratura o braço. A situação caracteriza uma hipótese de:

- a) erro de proibição direto;
- b) erro de mandamento;
- c) lesão corporal culposa;
- d) erro de proibição indireto;
- e) erro sobre elemento constitutivo do tipo.

07. Assinale a alternativa falsa:

- a) a culpa stricto sensu possui uma característica normativa aberta;
- b) concausas são condições que, de forma absolutamente independentes, causam o resultado que se analisa, podendo ser preexistentes, concomitantes ou supervenientes;
- c) a teoria da causalidade adequada funda-se na aplicação do juízo de possibilidade ou

probabilidade à relação causal enquanto a teoria da equivalência das condições tem como base o chamado juízo hipotético de eliminação;

d) a teoria sintomática pode levar à punição da tentativa inidônea dependendo da periculosidade do agente;

e) na aberratio ictus encontram-se viciados o elemento psicológico da ação bem como sua execução.

08. A, prestes a se tornar funcionário público, exige de B o pagamento da quantia de dois mil reais, prometendo-lhe que, uma vez assumidas suas funções, irá privilegiá-lo para que seu processo tenha tramitação mais rápida. A responderá pelo crime de:

- a) corrupção passiva;
- b) concussão;
- c) tráfico de influência;
- d) exercício funcional ilegalmente antecipado;
- e) prevaricação.

09. São conseqüências do princípio da reserva legal, exceto:

- a) a lei penal não admite a interpretação analógica;
- b) a lei penal admite a retroatividade como regra;
- c) não há pena sem prévia cominação legal;
- d) a lei penal deve ser precisa, clara e determinada;
- e) a lei penal deve ser escrita.

10. Marque a alternativa falsa:

- a) não haverá reincidência se o agente condenado definitivamente por uma contravenção penal pratica um crime;
- b) haverá reincidência se o agente condenado definitivamente por um crime, no Brasil ou no estrangeiro, pratica uma contravenção no Brasil, em um período inferior a cinco anos;
- c) a reincidência é considerada causa interruptiva da prescrição;
- d) a reincidência, no processo de aplicação de pena, deverá ser considerada pelo Juiz no momento da análise das circunstâncias legais;
- e) para efeitos de reincidência não se toma em consideração qualquer espécie de crime político, militar ou a sentença condenatória anterior que concedeu o perdão judicial.

## **PROVA DE DIREITO PROCESSUAL PENAL**

11. Assinale a alternativa incorreta.

As seguintes hipóteses admitem a interrupção dos prazos processuais, que de regra são contínuos e peremptórios:

- a) greve dos servidores do Poder Judiciário;
- b) obstáculo judicial oposto pela parte contrária;
- c) impedimento do Juiz;
- d) advento das férias forenses;
- e) grave perturbação da ordem pública.

12. Assinale a alternativa correta.

Na composição do Júri, se os réus forem dois e não lhes convindo incumbir das recusas um só defensor, em não havendo coincidência:

- a) dar-se-á a separação dos julgamentos, prosseguindo-se somente no do réu que houver recusado o jurado, independente da manifestação do Promotor de Justiça;
- b) dar-se-á a separação dos julgamentos, prosseguindo-se somente no do réu que houver aceito o jurado, independente da manifestação do Promotor de Justiça;
- c) dar-se-á a separação dos julgamentos, prosseguindo-se somente no do réu que recusou o jurado, posteriormente também recusado pelo Promotor de Justiça;
- d) dar-se-á a separação dos julgamentos, prosseguindo-se somente no do réu que aceitou o jurado, posteriormente também aceito pelo Promotor de Justiça;
- e) dar-se-á a separação dos julgamentos, prosseguindo-se somente no do réu que fora primeiramente libelado.

13. Assinale a alternativa incorreta.

Pode o jurado:

- a) formular perguntas às testemunhas;
- b) analisar os instrumentos do crime na sala secreta, na presença do juiz;
- c) pedir ao orador, no correr dos debates, que indique a folha dos autos onde se encontra a peça por ele lida ou citada;
- d) pedir, concluídos os debates, esclarecimentos sobre questões processuais;
- e) ter às mãos, na sala secreta, os autos do processo.

14. Assinale a alternativa incorreta.

São isentos do serviço do Júri:

- a) os Secretários de Estado;
- b) os Oficiais em serviço ativo das Forças Armadas;
- c) os Prefeitos Municipais;
- d) os maiores de sessenta anos;
- e) os professores das Universidades Públicas.

15. Assinale a alternativa incorreta.

O julgamento pelo Júri será adiado:

- a) se por justa causa não comparecer o advogado do assistente;
- b) se por justa causa não comparecer o acusador particular;
- c) se, em consequência da suspeição ou das recusas, não houver número para formação do conselho;
- d) se não comparecer testemunha arrolada com cláusula de imprescindibilidade e não for possível mandar trazê-la pelo oficial de Justiça;
- e) se não comparecerem pelo menos quinze jurados.

16. Assinale a alternativa incorreta.

O Juiz dar-se-á por suspeito, e, se não o fizer, poderá ser recusado por qualquer das

partes:

- a) se for amigo íntimo ou inimigo capital de qualquer delas;
- b) se for amigo íntimo ou inimigo capital do advogado de defesa ou do representante do Ministério Público;
- c) se tiver aconselhado qualquer das partes;
- d) se ele, seu cônjuge, ascendente ou descendente, estiver respondendo a processo por fato análogo, sobre cujo caráter criminoso haja controvérsia;
- e) se for sócio, acionista ou administrador de sociedade interessada no processo.

17. Assinale a alternativa incorreta.

Proceder-se-á busca pessoal:

- a) quando houver fundada suspeita de que alguém oculte consigo arma proibida;
- b) para se colher qualquer elemento de convicção;
- c) para descobrir objetos necessários à prova da infração;
- d) para apreender coisas achadas ou obtidas por meios criminosos;
- e) para apreender cartas, abertas ou não, destinadas ao acusado ou em seu poder, quando haja suspeita de que o conhecimento do seu conteúdo possa ser útil à elucidação do fato.

18. Assinale a alternativa incorreta.

Possuem prerrogativa de serem inquiridos em local, dia e hora previamente ajustados entre eles e o Juiz:

- a) os Vereadores;
- b) os Deputados Estaduais;
- c) os Governadores de Estado;
- d) os Secretários de Estado;
- e) os Prefeitos Municipais.

19. Assinale a alternativa incorreta.

Na determinação da competência por conexão ou continência, serão observadas as seguintes regras:

- a) no concurso entre a jurisdição comum e a especial, prevalecerá esta;
- b) não se firmará competência pela prevenção;
- c) no concurso entre a competência do Júri e a de outro órgão da jurisdição comum, prevalecerá a competência do Júri;
- d) no concurso de jurisdições de diversas categorias, predominará a de maior graduação;
- e) no concurso entre jurisdições da mesma categoria, prevalecerá a do lugar em que houver ocorrido o maior número de infrações, se as respectivas penas forem de igual gravidade.

20. Assinale a alternativa correta.

Deferido o pedido de livramento condicional, o Juiz especificará as condições a que fica subordinado o liberado, sendo-lhe sempre impostas as obrigações seguintes:

- a) obter ocupação lícita, dentro de prazo razoável, se for apto para o trabalho; comunicar periodicamente ao Juiz sua ocupação; e, não mudar do território da Comarca do Juízo da execução, sem prévia autorização deste;
- b) obter ocupação lícita, dentro de prazo razoável, se for apto para o trabalho; comunicar periodicamente ao Juiz sua ocupação; e, recolher-se à habitação em hora fixada;
- c) não freqüentar determinados lugares; comunicar periodicamente ao Juiz a sua ocupação; e, não mudar do território da Comarca do Juízo da Execução, sem prévia autorização deste;
- d) não freqüentar determinados lugares; recolher-se à habitação em hora fixada; e, não mudar do território da Comarca do Juízo da Execução, sem prévia autorização deste;
- e) obter ocupação lícita, dentro de prazo razoável se for apto para o trabalho; não mudar de residência sem comunicação ao Juiz e à autoridade incumbida da observação cautelar e de proteção; e, recolher-se à habitação em hora fixada.

## **PROVA DE DIREITO CIVIL**

21. Um menor, cuja idade esteja situada entre 18 e 21 anos, sendo relativamente incapaz, necessita da intervenção do genitor, do tutor ou do curador, como assistente, quando o ato jurídico que pretender praticar consistir em:

- a) depoimento como testemunha;
- b) elaboração de testamento;
- c) alienação de bens imóveis;
- d) intervenção, como testemunha, em testamento;
- e) outorga de mandato para processos que tramitam perante os Juizados Especiais.

22. Pretendendo dispor de seus bens para após sua morte, Mário Jorge compareceu ao Cartório de Notas de sua cidade e ali realizou o ato. Os requisitos abaixo são imprescindíveis para a eficácia desta declaração unilateral de vontade, exceto:

- a) leitura do conteúdo do ato, pelo tabelião, ao testador e testemunhas, após a lavratura;
- b) emprego da língua melhor conhecida pelo testador, seja nacional ou estrangeira;
- c) menção, pelo tabelião, no corpo do testamento, da observância das formalidades legais;
- d) comparecimento de, no mínimo, 5 testemunhas;
- e) escrituração do ato, pelo tabelião, em livro de notas.

23. Os titulares de uma determinada relação jurídica de natureza patrimonial divergiam sobre o cumprimento da obrigação assumida, pois a redação do contrato permitia interpretações diversas. Para evitar que a questão fosse levada à decisão do Poder Judiciário, os sujeitos resolveram transigir e, mediante novo acordo, estabeleceram a forma de cumprimento da obrigação. Todas as características abaixo estarão presentes neste acordo, exceto:

- a) negócio realizado por força da lei;
- b) concessões recíprocas;
- c) poderes especiais do mandatário, se este intervier em nome do mandante;
- d) autorização judicial prévia, se um dos transatores for menor ou incapaz;
- e) incerteza imperante no espírito dos transatores sobre a extensão do seu direito.

24. A noção " ...de condomínio compreende o exercício do direito dominial por mais de um

dono, simultaneamente" (Caio Mário, Instituições, IV). Se o condomínio incide sobre um prédio de apartamentos, é incorreto afirmar que:

- a) o estranho que usa, com exclusividade e ânimo de dono, por mais de 20 anos, um cômodo situado em área de uso comum do edifício, adquiri-o por usucapião;
- b) a cada unidade autônoma corresponde uma fração ideal no condomínio sobre o terreno e as partes comuns do edifício;
- c) o proprietário de uma unidade autônoma pode aliená-la livremente, sem que ocorra direito de preferência dos demais condôminos;
- d) o condomínio horizontal só pode ser constituído pela vontade conjunta dos coproprietários;
- e) o estranho que adquiriu, por usucapião, a unidade autônoma, torna-se condômino, por esta razão, nas partes de uso comum do edifício.

25. Ronaldo e Lídia viveram casados por mais de 30 anos. Rompida a vida em comum, pela morte de um deles, é incorreto afirmar que:

- a) o sobrevivente terá direito, enquanto durar a viuvez, ao usufruto da quarta parte dos bens do falecido, se este deixou filhos, caso o regime de bens fosse o da comunhão parcial;
- b) o sobrevivente será herdeiro do falecido, à falta de descendentes, ascendentes e testamento, se o regime do casamento for o da separação obrigatória;
- c) o sobrevivente nunca será herdeiro do falecido, caso o regime de bens seja o da separação total;
- d) o sobrevivente terá direito, enquanto durar a viuvez, ao usufruto da metade dos bens do falecido, se este não deixou filhos, mas deixou ascendentes, caso o regime de bens fosse o da separação total;
- e) o sobrevivente pode ser contemplado, por testamento, com a metade disponível dos bens do falecido, qualquer que seja o regime de bens.

26. Após longos anos de vida em comum, Edmundo e Roberta romperam sua união estável. Cada convivente ficou com a guarda de 2 dos 4 filhos comuns, ainda menores. Para disciplinar o direito de visitas e os alimentos devidos aos filhos, Edmundo e Roberta deverão observar alguns princípios. Estará corretamente formulada a cláusula que:

- a) atribuir a apenas um dos genitores a obrigação do sustento integral dos filhos, caso o outro disponha de rendimentos suficientes para contribuir para a manutenção dos menores;
- b) atribuir a ambos os genitores a obrigação do sustento dos 4 filhos, na medida das possibilidades de cada um daqueles;
- c) atribuir ao genitor-guardião o direito exclusivo de deliberar sobre todos os atos da vida civil de interesse dos filhos que estão sob sua guarda;
- d) atribuir ao genitor-guardião a representação dos filhos sob sua guarda, até que eles atinjam a maioridade;
- e) excluir os filhos do direito ao pensionamento, quando atingirem 18 anos.

27. O corpo humano pode ter partes, tecidos e órgãos removidos para fins de transplante e tratamento. Para que a remoção seja efetivada, alguns princípios devem ser observados. Os princípios abaixo devem ser atendidos, exceto:

- a) a remoção post mortem de tecidos, órgãos ou partes do corpo de pessoas não identificadas será judicialmente autorizada;

- b) o transplante só se fará com o consentimento expresso do receptor, após aconselhamento sobre a excepcionalidade e os riscos do procedimento;
- c) a doação de órgãos pode ser estimulada por campanhas empreendidas pelos órgãos do SUS;
- d) a pessoa juridicamente capaz, que emitiu declaração para permitir a doação de seus órgãos, pode revogar esta declaração, a qualquer momento, antes da concretização do ato;
- e) a gestante pode dispor de tecido para transplante de medula óssea, se o ato não acarretar risco para ela e para o feto.

28. A legislação consumerista veda a veiculação de publicidade enganosa ou abusiva. Estão alcançados pela proibição os atos de publicidade abaixo mencionados, exceto:

- a) atos que reflitam anúncio ambíguo, sendo um dos sentidos do anúncio de conteúdo enganoso;
- b) atos capazes de induzir ao erro consumidores particularmente vulneráveis (doentes, crianças, idosos, ignorantes, crédulos);
- c) atos que contêm uma informação positiva não correspondente à realidade do produto ou serviço;
- d) atos que omitem uma informação fundamental sobre o produto ou serviço;
- e) atos que contenham a publicidade comparativa, com o confronto de dados e características que não sejam de apreciação exclusivamente subjetiva.

29. O contrato de compra e venda não gera, por si mesmo, a transferência da propriedade. O bem, objeto da prestação, pode, assim, estar sujeito a riscos, antes da entrega. Em relação a tais riscos, é incorreto afirmar que:

- a) o risco do alienante continua a existir, se ele continua na posse do bem, em decorrência do constituto possessório;
- b) o alienante suporta os riscos da coisa, até o momento da tradição;
- c) o adquirente suporta os riscos da coisa que foi posta à sua disposição, no tempo, modo e local ajustados, se estiver em mora;
- d) o adquirente suporta os riscos da coisa entregue por sua ordem a quem haja de transportá-la;
- e) o alienante suporta os riscos da coisa, se entregá-la a pessoa diversa daquela a quem o adquirente indicara para transportá-la, ainda que busque meio mais eficiente de entrega.

30. Diante da impossibilidade de quitação das dívidas contraídas por Rivaldo, foi instituído o concurso entre seus credores. No desenrolar deste concurso, devem ser observados alguns princípios. Indicar o princípio incorreto:

- a) os títulos legais de preferência são os privilégios e os direitos reais;
- b) não havendo título legal à preferência, os credores terão igual direito sobre os bens do devedor;
- c) a discussão entre os credores pode versar sobre a nulidade, simulação, fraude ou falsidade das dívidas e contratos do devedor;
- d) o privilégio especial pode ser estabelecido pela lei ou pela vontade das partes;
- e) dois credores da mesma classe, especialmente privilegiados, que concorrerem aos mesmos bens, ratearão, proporcionalmente ao seu crédito, o valor dos bens, se o produto da alienação não bastar para integral quitação.



## PROVA DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL

31. Quanto à ação popular, é certo dizer: (I) a ação popular pode ser manejada para defesa de interesse exclusivamente particular, desde que o autor seja eleitor e titular do direito ofendido; (II) a decisão que julga procedente o pedido inicial formulado na ação popular está sujeita ao duplo grau de jurisdição; (III) na hipótese do autor abandonar a ação, extingue-se obrigatoriamente o processo, sem apreciação do mérito; (IV) a decisão proferida que conclui pela carência de ação está sujeita ao duplo grau de jurisdição; (V) a sentença que julga procedente o pedido inicial tem eficácia de coisa julgada oponível erga omnes.

- a) apenas as proposições I e II são verdadeiras;
- b) apenas as proposições III e IV são verdadeiras;
- c) apenas as proposições IV e V são verdadeiras;
- d) apenas as proposições I e III são verdadeiras;
- e) apenas as proposições II e V são verdadeiras.

32. Quanto aos procedimentos ordinário e sumário, é certo dizer: (I) ambos os procedimentos admitem a denunciação da lide; (II) ambos os procedimentos permitem a produção de prova pericial; (III) ambos os procedimentos permitem que seja intentada a ação declaratória incidental; (IV) ambos os procedimentos admitem o recurso de terceiro prejudicado; (V) ambos os procedimentos permitem a assistência.

- a) as proposições I e II são falsas;
- b) as proposições III e IV são falsas;
- c) as proposições IV e V são falsas;
- d) as proposições I e III são falsas;
- e) as proposições II e V são falsas.

33. Quanto à ação civil pública, é certo dizer: (I) na ação de obrigação de fazer, pode o Juiz, de ofício, determinar o cumprimento de prestação da atividade devida, sob pena de cominação de multa diária; (II) o Presidente do Tribunal competente, a pedido de pessoa jurídica de direito público interessada, pode suspender a execução de liminar, objetivando evitar grave lesão à saúde pública; (III) o Juiz a quo pode conferir efeito suspensivo ao recurso para evitar dano irreparável à parte; (IV) quando do ajuizamento de ação civil pública por entidade legitimada, é devido o adiantamento de custas processuais; (V) a associação civil, constituída há pelo menos um ano, pode instaurar inquérito civil público, para apuração de dano ao meio ambiente, desde que esteja entre suas finalidades a defesa desse bem jurídico.

- a) somente as proposições I e II são falsas;
- b) somente as proposições III e IV são falsas;
- c) somente as proposições IV e V são falsas;
- d) somente as proposições I e III são falsas;
- e) somente as proposições II e V são falsas.

34. É certo dizer: (I) interposto o recurso, as medidas cautelares serão requeridas ao mesmo Juiz da causa; (II) far-se-á a liquidação por cálculo do contador quando a determinação do valor da condenação depender de cálculo aritmético; (III) quando requerida a necessária prova pericial, o Juiz nomeará o perito, fixando de imediato o prazo

para a entrega do laudo; (IV) será recebida apenas no efeito devolutivo a apelação interposta contra sentença que julgar improcedentes os embargos à execução; (V) concluída a formação do instrumento, o agravado será intimado para responder.

- a) as proposições I e II são verdadeiras;
- b) as proposições III e IV são verdadeiras;
- c) as proposições IV e V são verdadeiras;
- d) as proposições I e III são verdadeiras;
- e) as proposições II e V são verdadeiras.

35. Na sistemática processual dos recursos, é certo dizer que: (I) será sempre retido o agravo interposto contra as decisões posteriores à sentença; (II) não é possível, em regra, a oposição de embargos infringentes contra decisão proferida em agravo de instrumento; (III) o agravo de instrumento, em regra, deve ser recebido em ambos os efeitos; (IV) os embargos declaratórios suspendem o prazo para a interposição de outros recursos; (V) o prazo para interposição de recurso adesivo começa a correr a partir da intimação para o oferecimento de contra-razões.

- a) apenas as proposições I e II são corretas;
- b) apenas as proposições III e IV são corretas;
- c) apenas as proposições IV e V são corretas;
- d) apenas as proposições I e III são corretas;
- e) apenas as proposições II e V são corretas.

36. Quanto ao mandado de segurança, é certo dizer: (I) o pagamento de vencimentos e vantagens pecuniárias asseguradas, em sentença, a servidor público, somente será efetuado relativamente às prestações que se vencerem a contar da data do ajuizamento da inicial; (II) admite-se mandado de segurança contra ato normativo, editado por autoridade legítima, que atingiu os direitos de determinados cidadãos; (III) admite-se, de forma sumária, a inquirição de testemunhas para a cabal comprovação da veracidade dos fatos alegados na inicial; (IV) a impetração somente pode ser dirigida contra ato de agente político; (V) admite-se a impetração por telegrama.

- a) apenas são falsas as proposições I e II;
- b) apenas são falsas as proposições III e IV;
- c) apenas são falsas as proposições IV e V;
- d) apenas são falsas I e III;
- e) apenas são falsas II e V.

37. Quanto ao indeferimento da petição inicial, é certo dizer que: (I) todas as causas de indeferimento podem ser conhecidas de ofício; (II) as irregularidades da petição inicial, passíveis de correção, somente poderão ser corrigidas até a apresentação da defesa, sob pena de preclusão; (III) a decisão que indefere a petição inicial pode ser revista pelo mesmo Juízo a quo; (IV) a decisão que indefere a petição inicial desafia o recurso de apelação; (V) a sentença que indefere a petição inicial será sempre de extinção do processo, sem julgamento do mérito.

- a) apenas as proposições I e II são verdadeiras;
- b) apenas as proposições III e IV são verdadeiras;
- c) apenas as proposições IV e V são verdadeiras;
- d) apenas as proposições I e III são verdadeiras;

e) apenas as proposições II e V são verdadeiras.

38. É certo dizer: (I) deve ser negado seguimento ao recurso especial interposto contra entendimento já sumulado pelo Superior Tribunal de Justiça; (II) não se admite a formação de litisconsórcio facultativo ativo no mandado de segurança quando o processo se encontra no prazo de apresentação de informações; (III) o Ministério Público, como autor da ação civil, tem prazo em dobro para contestar e apresentar contra-razões; (IV) quanto ao pagamento das dívidas do espólio, em caso de remessa para os meios ordinários, a decisão que determina, em inventário, a reserva de bens para pagamento do credor mantém sua eficácia, independentemente da propositura da ação principal; (V) a comprovação do fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação é requisito obrigatório à antecipação da tutela.

- a) apenas as proposições I e II são verdadeiras;
- b) apenas as proposições III e IV são verdadeiras;
- c) apenas as proposições IV e V são verdadeiras;
- d) apenas as proposições I e III são verdadeiras;
- e) apenas as proposições II e V são verdadeiras.

39. Quanto aos procedimentos cautelares específicos, é certo dizer: (I) o seqüestro é medida que objetiva resguardar, a pedido da parte, a eficácia de futura execução de quantia certa, através da apreensão de bens indeterminados do patrimônio do devedor; (II) o atentado é a medida pela qual, a pedido do credor, o Juiz determina a apreensão do título não restituído ou sonogado pelo emitente, sacado ou aceitante; (III) o credor e o devedor têm legitimidade ad causam ativa para propor a ação cautelar, através da qual será oferecida garantia real ou fidejussória acerca de obrigações decorrentes de lei ou não; (IV) o Juiz indeferirá o pedido de protesto, quando o requerente não demonstrar o legítimo interesse e o protesto, dando causa a dúvidas e incertezas, possa impedir a formação de contrato ou a realização de negócio lícito; (V) o arresto é medida que objetiva resguardar, a pedido da parte, a eficácia de futura execução para entrega de coisa certa, objeto do litígio, através da apresentação de bens determinados.

- a) apenas as proposições I e II são verdadeiras;
- b) apenas as proposições III e IV são verdadeiras;
- c) apenas as proposições IV e V são verdadeiras;
- d) apenas as proposições I e III são verdadeiras;
- e) apenas as proposições II e V são verdadeiras.

40. Quanto à ação monitória (1.102), é certo dizer: (I) a ação deve ser proposta com base em prova escrita com eficácia de título executivo; (II) tem legitimidade ad causam ativa o credor de quantia certa ou de coisa certa ou fungível; (III) verificando que a petição inicial está devidamente instruída, deve o Juiz determinar de plano a citação do devedor para contestar; (IV) cabe a oposição de embargos pelo devedor na ação monitória; (V) se o réu não se manifestar a respeito do mandado de pagamento expedido, o mandado inicial será convertido em mandado executivo, a fim de que a ação siga o procedimento de execução.

- a) apenas as proposições I e II são erradas;
- b) apenas as proposições III e IV são erradas;
- c) apenas as proposições IV e V são erradas;
- d) apenas as proposições I e III são erradas;
- e) apenas as proposições II e V são erradas.

## PROVA DE DIREITO CONSTITUCIONAL, ADMINISTRATIVO E TRIBUTÁRIO

41. Marque a alternativa correta.

O artigo 1º da Constituição Federal dispõe que a República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

- a) a erradicação da pobreza e da marginalização e a redução da criminalidade e das desigualdades sociais e regionais;
- 0b) a soberania, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e o pluralismo político;
- c) a promoção do bem estar de todos, sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação;
- d) a construção de uma sociedade livre, justa e solidária e a garantia do desenvolvimento nacional;
- e) a independência e harmonia dos poderes da União.

42. Marque a alternativa errada:

- a) o controle de constitucionalidade dispõe de instrumentos que garantem o direito à constitucionalidade; tornando-o, pois, efetivo;
- b) o controle de constitucionalidade é um conjunto de meios e técnicas constitucionais para aferição e imposição de seu cumprimento irrestrito;
- c) a própria Constituição garante a sua condição de fundamentalidade normativa e a sua incontornável observância;
- d) o controle de constitucionalidade é derivado da concepção da soberania do direito natural;
- e) o controle da constitucionalidade não dá efetividade à garantia da Constituição, ou seja, não é pelo controle que a garantia da Constituição faz-se presente.

43. A lei anterior à Constituição e com ela incompatível é entendida como:

- a) revogada;
- b) inconstitucional;
- c) vigora até que outra lei disponha sobre o assunto;
- d) ineficaz;
- e) inexistente.

44. Marque a alternativa falsa:

- a) ocorre inconstitucionalidade por ação quando faltar normas reguladoras, inviabilizando o exercício de direitos e liberdades constitucionais;
- b) a defesa do ato ou texto inconstitucional compete ao Advogado-Geral da União;
- c) pela Constituição Federal conhecem-se duas formas de inconstitucionalidade: por ação ou por omissão;
- d) pela Constituição do Estado de Minas Gerais qualquer partido político legalmente instituído é parte legítima para propor ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato

normativo estadual ou municipal em face daquela Constituição;  
e) a competência para julgar a ação de inconstitucionalidade de lei federal é exclusivamente do Supremo Tribunal Federal.

45. Assinale a afirmativa correta:

- a) as pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviço público responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa;
- b) os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo, do Poder Executivo e do Ministério Público poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Judiciário e Tribunal de Contas da União;
- c) nos termos da lei em vigor, o servidor público da esfera federal será aposentado por invalidez permanente, voluntariamente ou compulsoriamente aos sessenta e cinco anos de idade, se do sexo masculino, e com sessenta anos de idade, se do sexo feminino, com proventos integrais;
- d) a investidura em cargos de comissão ou de confiança depende de aprovação prévia em concurso de provas ou de provas e títulos;
- e) os atos de improbidade administrativa não importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário.

46. Assinale a alternativa correta:

- a) os litigantes em procedimento administrativo não têm o direito a ampla defesa e sim ao contraditório, em determinados casos;
- b) os meios e recursos inerentes aos litigantes em processo criminal não têm nenhuma aplicação no procedimento administrativo, exceto quando o servidor estiver cumprindo o período de estágio probatório;
- c) aos litigantes em processo administrativo são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes;
- d) com raras exceções, o procedimento administrativo que visa apurar irregularidades e faltas gravíssimas cometidas pelo servidor público é de caráter sumário, equiparando-se aos procedimentos aplicados nas peças de informação previstas no Código de Processo Penal e no Inquérito Civil instaurado pelo Representante do Ministério Público Estadual;
- e) os processos administrativos instaurados no âmbito do Ministério Público que visem apurar eventual infração cometida por servidores, Promotores de Justiça e/ou Procuradores de Justiça serão presididos, obrigatoriamente, pelo Diretor-Geral da Procuradoria-Geral de Justiça.

47. Conforme a legislação em vigor, os Tribunais que integram o Poder Judiciário podem declarar a inconstitucionalidade do ato normativo editado pelo Poder Público. Tal fato somente pode ocorrer quando observados os seguintes procedimentos:

- a) pelo voto da maioria absoluta de seus membros ou dos integrantes do respectivo órgão especial;
- b) pelo voto secreto da maioria absoluta dos integrantes dos Tribunais, ouvindo-se, necessariamente, a manifestação do Conselho Superior do Ministério Público;
- c) pela maioria simples dos integrantes dos Tribunais ou dos componentes do respectivo órgão especial, desde que haja a expressa concordância da Procuradoria-Geral de Justiça e da Corregedoria-Geral do Ministério Público;

- d) pelo voto secreto da maioria absoluta do órgão especial do Tribunal e dos órgãos que integram a Administração Superior do Ministério Público;
- e) nenhuma das alternativas é correta.

48. Assinale a alternativa incorreta:

- a) a Administração Pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência;
- b) a lei disporá sobre a aposentadoria em cargos ou empregos temporários;
- c) é garantido ao servidor público civil o direito à livre associação sindical;
- d) o direito de greve será exercido nos termos e nos limites definidos em lei específica;
- e) a lei estabelecerá os casos de contratação do servidor por tempo indeterminado para atender exclusivamente às conveniências da Administração Pública.

49. A respeito dos itens abaixo, responda:

Impostos, taxas em razão do exercício de polícia ou pela utilização efetiva ou potencial de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos à sua disposição e contribuição de melhoria decorrente de obras públicas podem ser instituídos:

- a) apenas pela União;
- b) apenas pela União e pelos Estados;
- c) somente pela União e pelos Municípios e Distrito Federal;
- d) somente por Estados e Municípios;
- e) nenhuma das alternativas está correta.

50. Marque a alternativa correta:

- a) o crédito tributário não decorre da obrigação principal e não tem a mesma natureza desta;
- b) o crédito tributário decorre da obrigação principal, mas não tem a mesma natureza desta;
- c) o crédito tributário decorre da obrigação principal e tem a mesma natureza desta;
- d) o crédito tributário não decorre da obrigação principal, mas tem a mesma natureza desta;
- e) todas as alternativas estão erradas.

## **PROVA DE LEGISLAÇÃO ESPECIAL**

51. Quando a contratação de fornecimento de produtos e serviços ocorrer fora do estabelecimento comercial, especialmente por telefone ou no domicílio, em que prazo o consumidor poderá desistir do contrato?

- a) no prazo de dez (10) dias;
- b) no prazo de sete (07) dias a contar da assinatura do contrato ou do ato do recebimento do produto ou serviço;
- c) no prazo de trinta (30) dias a contar da assinatura do contrato;
- d) no prazo de quinze (15) dias a contar do ato do recebimento do produto ou serviço;
- e) a qualquer tempo, desde que não reclame a devolução dos valores eventualmente pagos.

52. O art. 98 do Estatuto da Criança e do Adolescente é uma das pedras angulares desse novo Direito, por definir com precisão as situações de risco social e pessoal, traçando os limites entre a competência exclusiva e a competência concorrente da Justiça da Infância e da Juventude. Assim, é da competência exclusiva da Justiça da Infância e da Juventude:

- a) conhecer de ações de destituição do pátrio poder, perda ou modificação da tutela ou guarda;
- b) conceder a emancipação, nos termos da lei civil, quando faltarem os pais;
- c) conhecer de pedidos baseados em discordância paterna ou materna, em relação ao exercício do pátrio poder;
- d) designar curador especial em casos de apresentação de queixa ou representação, ou de outros procedimento judiciais ou extrajudiciais em que haja interesse de criança ou adolescente;
- e) conhecer de pedidos de adoção e seus incidentes.

53. Assinale a opção incorreta:

- a) nenhuma criança poderá viajar para fora da comarca onde reside, desacompanhada dos pais ou responsável, sem expressa autorização judicial;
- b) quando se tratar de viagem ao exterior, a autorização é dispensável, se a criança viajar na companhia de um dos pais, autorizado expressamente pelo outro;
- c) a autoridade judiciária poderá, a pedido dos pais ou responsável, conceder autorização válida por período de dois anos;
- d) o adolescente poderá viajar para fora da comarca onde reside, sem expressa autorização judicial;
- e) a criança não poderá viajar para comarca, incluída na região metropolitana onde reside, sem expressa autorização judicial.

54. Inclui-se no âmbito das funções de execução do Conselho Superior do Ministério Público a de:

- a) elaborar as listas sêxtuplas para assegurar a participação do Ministério Público nos tribunais;
- b) decidir sobre vitaliciamento dos membros da instituição;
- c) rever o arquivamento de inquérito civil;
- d) indicar ao Procurador-Geral, em lista tríplice, os candidatos a remoção ou promoção por merecimento;
- e) sugerir ao Procurador-Geral a adoção de medidas convenientes ao aprimoramento dos serviços.

55. Considerando os conceitos introduzidos pelo Código de Defesa do Consumidor, é correto afirmar que a defesa coletiva dos consumidores e das vítimas poderá ser exercida em juízo quando:

- a) se tratar de interesses ou direitos difusos, assim entendidos os transindividuais, de natureza indivisível, de que sejam titulares pessoas determinadas e ligadas por circunstâncias de fato;
- b) se tratar de interesses ou direitos coletivos, assim entendidos os transindividuais de natureza divisível de que seja titular grupo, categoria ou classe de pessoas ligadas entre si ou com a parte contrária por uma relação jurídica base;

- c) se tratar de interesses ou direitos individuais homogêneos, assim entendidos os decorrentes de origem comum;
- d) se tratar de interesses ou direitos difusos, assim entendidos os transindividuais, de natureza indivisível, de que sejam titulares pessoas indeterminadas e ligadas por uma relação jurídica relevante;
- e) se tratar de interesses e direitos individuais indisponíveis.

56. Se o teor do registro de imóveis não exprimir a verdade, abre-se para o titular de direito a oportunidade de retificá-lo. Na conformidade dos arts. 212 e 213 da Lei n. 6.015/73, quais seriam as espécies de retificação?

- a) consensual, administrativa e contenciosa;
- b) extrajudicial, administrativa e contenciosa;
- c) consensual e contenciosa;
- d) consensual, administrativa unilateral, administrativa bilateral e contenciosa;
- e) administrativa e contenciosa.

57. Estão corretas as afirmativas abaixo, exceto:

- a) morrendo o alienante antes do registro, este ainda assim poderá ser feito;
- b) o usucapião e os direitos hereditários são exceções ao efeito constitutivo do registro de imóveis;
- c) pelo princípio do consentimento formal, o oficial do registro de imóveis não pode executar o registro por livre iniciativa;
- d) o art. 168 da Lei de Registros Públicos garante a precisão do vocabulário técnico-jurídico, estabelecendo que a designação genérica do registro englobaria a transcrição e a averbação a que se referem as leis civis;
- e) o registro é o ato que sucede à matrícula.

58. Pode-se afirmar corretamente que:

- a) as Promotorias de Justiça não são órgãos de administração do Ministério Público;
- b) o membro do Ministério Público em disponibilidade remunerada continuará sujeito às vedações constitucionais e será classificado em quadro especial, provendo-se a vaga que ocorrer;
- c) o Procurador-Geral de Justiça poderá invocar a sua qualidade de chefia para avocar qualquer manifestação do Ministério Público;
- d) não constitui prerrogativa do membro do Ministério Público, no exercício de suas funções, ser indiciado em inquérito policial;
- e) pelo exercício regular de suas funções, o membro do Ministério Público responsabiliza a si mesmo, e não ao Estado.

59. Tendo em mira apenas as disposições constantes do artigo 28 do Código de Defesa do Consumidor, assinale a opção correta:

- a) a personalidade jurídica de uma sociedade poderá ser desconsiderada pelo Juiz quando, independentemente da existência de prejuízo ao consumidor, houver abuso de direito, excesso de poder ou infração da lei;
- b) a personalidade jurídica de uma sociedade deverá ser desconsiderada pelo Juiz quando, independentemente da existência de prejuízo ao consumidor, houver fato ou ato ilícito ou violação dos estatutos ou contrato social;



- c) a desconsideração será obrigatória sempre que houver falência, estado de insolvência, encerramento ou inatividade da pessoa jurídica, independentemente da verificação da má administração;
- d) também poderá ser desconsiderada a pessoa jurídica sempre que sua personalidade for, de alguma forma, obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados aos consumidores;
- e) a personalidade jurídica poderá ser desconsiderada a critério do Juiz, segundo as regras ordinárias de experiência.

60. Nos termos da Lei n. 9.605/98, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, são circunstâncias que agravam a pena, quando não constituem ou qualificam o crime, exceto:

- a) ter o agente cometido a infração em épocas de seca ou inundação;
- b) ter o agente cometido o crime aos domingos ou feriados;
- c) no interesse de pessoa jurídica mantida, total ou parcialmente, por verbas públicas ou beneficiadas por incentivos fiscais;
- d) em período de defeso à fauna;
- e) a colaboração com os agentes encarregados da vigilância e do controle ambiental.

## GABARITO

<b>01.C</b>	<b>02.C</b>	<b>03.E</b>	<b>04.D</b>	<b>05.E</b>	<b>06.D</b>	<b>07.E</b>	<b>08.B</b>	<b>09.--</b>	<b>10.E</b>
<b>11.D</b>	<b>12.D</b>	<b>13.D</b>	<b>14.E</b>	<b>15.A</b>	<b>16.B</b>	<b>17.--</b>	<b>18.A</b>	<b>19.B</b>	<b>20.A</b>
<b>21.C</b>	<b>22.B</b>	<b>23.A</b>	<b>24.D</b>	<b>25.C</b>	<b>26.B</b>	<b>27.A</b>	<b>28.E</b>	<b>29.A</b>	<b>30.D</b>
<b>31.C</b>	<b>32.D</b>	<b>33.C</b>	<b>34.B</b>	<b>35.E</b>	<b>36.B</b>	<b>37.B</b>	<b>38.A</b>	<b>39.B</b>	<b>40.D</b>
<b>41.B</b>	<b>42.E</b>	<b>43.A</b>	<b>44.A</b>	<b>45.A</b>	<b>46.C</b>	<b>47.A</b>	<b>48.E</b>	<b>49.E</b>	<b>50.C</b>
<b>51.B</b>	<b>52.E</b>	<b>53.E</b>	<b>54.C</b>	<b>55.C</b>	<b>56.B</b>	<b>57.D</b>	<b>58.--</b>	<b>59.D</b>	<b>60.E</b>

## Prova Escrita (2º Fase)

### DIREITO ADMINISTRATIVO

DISSERTAÇÃO:(valor: quatro pontos)

"O Servidor Público e a Emenda Constitucional n.º 19, de 04/06/98".

QUESTÕES: (valor: dois pontos cada)

PRIMEIRA:

Quanto à motivação do ato administrativo, em que consiste a "TEORIA DOS MOTIVOS DETERMINANTES"?

SEGUNDA:

Quais as modalidades de licitação?

TERCEIRA:

Pode ser admitida a contratação temporária no serviço público municipal? Justifique.

### PROVA DE DIREITO CONSTITUCIONAL

PRIMEIRA QUESTÃO: (valor: quatro pontos)

Lei Orgânica Municipal contém os seguintes dispositivos:

"art. 132 –

§ 5º - É assegurado ao servidor afastar-se da atividade a partir da data do requerimento de aposentadoria e sua não-concessão importará a reposição do período de afastamento."

"art. 138 - Fica assegurada a participação da entidade Sindical representativa do funcionalismo público municipal na determinação da jornada de trabalho, sistema de compensação de horários e jornadas diferenciadas dos servidores públicos."

EMITIR PARECER A RESPEITO DA CONSTITUCIONALIDADE DE TAIS NORMAS.  
(máximo: 50 linhas)

SEGUNDA QUESTÃO: (valor: dois pontos)

A Professora Cármem Lúcia Antunes Rocha em sua obra "Constituição e Constitucionalidade", Ed. Lê, 1991, p. 25 a 51, enumera várias funções da Constituição,

entre as quais a de "informar e conformar os fundamentos da organização política da sociedade e do Direito por ela e para ela posto".

Comente, objetivamente, esta função. (máximo: 15 linhas)

TERCEIRA QUESTÃO: (valor: dois pontos)

Segundo Gilmar Ferreira Mendes, "Jurisdição Constitucional", Ed. Saraiva, 1996, p. 253, "a lei declarada inconstitucional é considerada, independentemente de qualquer outro ato, nula ipso jure e ex tunc"

Comente esta assertiva. (máximo: 15 linhas)

QUARTA QUESTÃO: (valor: dois pontos)

Fale sobre "os interesses sociais e individuais indisponíveis" e o papel do Ministério Público a ele relativo. (máximo: 15 linhas)

## **PROVA DE DIREITO CIVIL**

PRIMEIRA QUESTÃO: (valor: dois pontos)

Construtora ABC Ltda. erigiu um prédio de apartamentos em plena zona residencial da Capital, vendendo, imediatamente, todas as unidades. Os adquirentes, com seus títulos de domínio devidamente registrados, constataram, recentemente, oito anos após o recebimento da obra, que as placas de granito, que constituem o acabamento externo do prédio, começaram a se soltar e a cair, tanto dentro da área de circulação do edifício quanto na rua, representando grave risco para as famílias dos moradores e para os transeuntes. Nestas circunstâncias, os condôminos podem pretender a responsabilização da Construtora? Fundamentar.

SEGUNDA QUESTÃO: (valor: dois pontos)

Marcos e Marcela casaram-se em janeiro de 1977 e, em maio de 1980, quando contavam apenas vinte e quatro anos de idade, não tendo filhos, levaram para casa, em situação irregular, uma criança pobre, com cinco anos de idade. A criança ficou, desde aquela data, em sua guarda, de fato, passando como seu filho perante a sociedade. Marcos faleceu, em acidente de trânsito em 15 de outubro de 1988, e a viúva, Marcela, requereu adoção plena da criança. O Juiz mandou dar vista dos autos ao Ministério Público. Você deverá opinar, justificando.

TERCEIRA QUESTÃO: (valor: dois pontos)

Paula e Márcio eram casados pelo regime de comunhão universal de bens e proprietários de uma fazenda de muito valor no interior de Minas. Empreendendo uma viagem de turismo, somente eles vieram a falecer em acidente de ônibus. Como não tinham herdeiros necessários, um tio de Márcio requereu a abertura do inventário, relacionando o único bem do casal, e pedindo a citação de uma sobrinha menor de Paula. Ao ser citada, a sobrinha, por seu representante legal, alegou que, de acordo com o inquérito regular sobre as causas do acidente, várias testemunhas informaram as autoridades de que sua tia fora encontrada ainda com sinais de vida, enquanto o marido já tinha morrido. Nessa situação,

o tio de Márcio, que requerera a abertura do inventário, não teria direito ao patrimônio inventariado. A perícia médico-legal não pôde determinar se Márcio falecera antes ou não. Estando os autos com vista para o Ministério Público, dê sua opinião objetivamente justificada.

DISSERTAÇÃO:

"A prisão civil do devedor inadimplente".

## **PROVA DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL**

DISSERTAÇÃO:

"A Tutela Antecipada e suas Peculiaridades" - (1) natureza jurídica e diferenças existentes com relação à medida cautelar, ao procedimento monitório e ao julgamento antecipado da lide; (2) legitimidade para requerer a antecipação de tutela (das partes e do Ministério Público); (3) os requisitos gerais e particulares da tutela antecipada e o seu alcance; (4) a concessão da tutela antecipada: oportunidade, efeitos e execução do provimento judicial correspondente.

PRIMEIRA QUESTÃO:

Em ação de investigação de paternidade, cumulada com petição de herança, os réus alegaram a ocorrência da prescrição.

Em processo distinto, decorrente do ajuizamento de uma ação declaratória para que se determinasse o reconhecimento de uma relação de crédito, alegou-se contra tal pretensão a ocorrência de prescrição da ação declaratória e, ainda, falta de interesse de agir, ao fundamento de que a ação condenatória correspondente não poderia, posteriormente, ser manejada em face da prescrição.

Qual o seu posicionamento acerca das questões aqui suscitadas? Justifique, dando-se especial atenção à natureza das ações.

SEGUNDA QUESTÃO:

Pode o curador, nos termos do art. 3º, § 1º, da Lei n.º 6.515/77, promover ação de separação consensual em conjunto com o cônjuge do incapaz? Justifique.

TERCEIRA QUESTÃO:

Em ação popular, o Juiz da causa extinguiu o processo, sem apreciação do mérito, ao fundamento de que o autor tem apenas 16 anos de idade e, portanto, não tem legitimidade ativa ad processum. O autor ofertou recurso de embargos de declaração contra essa decisão, alegando omissão, porquanto não apreciada a questão dele ser eleitor, cujo documento comprobatório instruiu a petição inicial, possuindo, portanto, nos termos dos artigos 5º, inciso LXXIII, e 14, § 1º, II, alínea "c", da Constituição da República, c/c o art. 1º, da Lei da Ação Popular, legitimidade ativa. O Juiz acolheu os embargos e cassou a sentença, determinando o prosseguimento do feito. Em decorrência, o réu recorreu, alegando a ilegitimidade ativa ad processum e ad causam do autor e, ainda, que foram

conferidos efeitos infringentes aos embargos declaratórios, o que, no seu entender, não se admitiria.

Qual o recurso cabível para o réu e, além disso, dê o seu posicionamento a respeito das questões aqui suscitadas (legitimidade ativa ad causam e ad processum e efeitos infringentes a embargos declaratórios)? Justifique.

## **PROVA DE DIREITO PENAL**

DISSERTAÇÃO: (valor: quatro pontos)

"Bem jurídico e Estado Democrático de Direito - O objeto de proteção da norma penal".

PRIMEIRA QUESTÃO: (valor: dois pontos)

Quais são e o que afirmam as teorias que disputam entre si o tratamento do erro que recai sobre uma causa de justificação?

SEGUNDA QUESTÃO: (valor: dois pontos)

Estabelecer as diferenças entre:

- a) Estelionato e Apropriação Indébita;
- b) Estelionato e Furto qualificado pela fraude;
- c) Roubo e Extorsão;
- d) Exercício Arbitrário das Próprias Razões e Extorsão;
- e) Escusas Absolutórias, Causas de exclusão da ilicitude e Perdão Judicial;
- f) Ilícitude Formal e Ilícitude Material;
- g) Tipo Fundamental e Tipo Derivado;
- h) Culpa Inconsciente, Culpa Consciente e Dolo Eventual.

TERCEIRA QUESTÃO: (valor: dois pontos)

A desfere um golpe de faca no peito de B, objetivando matá-lo. A facada, no entanto, atinge a carteira que B carregava no bolso, não penetrando profundamente no seu corpo, provocando-lhe ferimentos não suscetíveis de colocar sua vida em risco. Partindo deste fato, qual a responsabilidade penal de A, levando-se em conta os seguintes acontecimentos posteriores:

- a) B, a caminho do hospital em uma ambulância, começa a vomitar em consequência da perda de sangue, terminando por asfíxiar-se com o próprio produto do vômito, vindo a falecer (resposta justificada);
- b) B terminou por falecer um pouco antes de receber alta, sufocado pelo gás carbônico proveniente de um incêndio ocorrido no hospital (resposta justificada);
- c) B terminou por falecer, após uma cirurgia bem sucedida, em virtude de uma infecção hospitalar (resposta justificada);
- d) B terminou falecendo no hospital, após uma cirurgia bem sucedida, em virtude de uma infecção ocasionada pelo ferimento (resposta justificada).

## **PROVA DE DIREITO PROCESSUAL PENAL**

PRIMEIRA QUESTÃO: (valor: quatro pontos)

No Juízo da Comarca de Belos Ventos, MALEFICUS MALUS foi denunciado, pronunciado e libelado como sujeito às penas do artigo 121, § 2º, I e IV, do Código Penal, vez que, no dia 1º de janeiro do ano de 1990, pelas 12:30 horas, na rua Flor de Acácia, n.º 666, no bairro Campestre, naquela cidade, impulsionado por reles motivo de vingança, mediante sete golpes de faca, desferidos à traição, tirou da existência o cidadão Bonifacius Bonus.

Submetido a julgamento popular no dia 03 do mês de julho do ano de 1993 se viu absolvido da imputação, por conta de ter o Júri acatado em seu favor a excludente da legítima defesa própria.

Ao apreciar recurso regularmente interposto pelo órgão de execução do Ministério Público com espeque no permissivo do art. 593, III, "d", do C.P.P., o Tribunal de Justiça houve por cassar a decisão colegiada, por manifestamente contrária à prova dos autos.

Levado a novo julgamento no dia 07 de março transato, restou condenado a expiar pena de 01 (um) ano e 06 (seis) meses de detenção, em face de ter o Conselho de Sentença proferido veredicto que subsumiu a ação incriminada ao tipo do artigo 121, § 3º, do Código Penal.

Na fase do artigo 479 do Código de Processo Penal, o Dr. Promotor de Justiça impugnara a redação do quesito atinente à pretendida desclassificação do delito articulado no libelo para homicídio culposo, em face de sua notória impropriedade, vez que o aludido quesito estava vazado nos seguintes termos: o réu praticou o crime agindo por imprudência, caracterizada na circunstância de manusear arma branca após ter ingerido bebida alcoólica ?

Em que pese o Juiz-Presidente não ter atendido à impugnação, por entendê-la descabida, fez constar na ata de julgamento a ocorrência do incidente.

O Dr. Promotor de Justiça, ainda no correr do quinquídio, houve por interpor recurso de apelação com fincas no artigo 593, III, "a", do Código de Processo Penal, aduzindo que o julgamento padeceria de nulidade insanável.

**ELABORE AS RAZÕES RECURSAIS DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

SEGUNDA QUESTÃO: (valor: dois pontos)

Qual o momento processualmente apropriado para que o Juiz possa tomar, de ofício, o depoimento de testemunhas; tanto no procedimento dos crimes da competência do juiz singular, como no dos crimes da competência do Júri? Justifique.

TERCEIRA QUESTÃO: (Valor: dois pontos)

Em que hipóteses se tem como válida a prova obtida através de gravação eletrônica de voz ou de dados; e como integrá-la ao processo? Justifique.

QUARTA QUESTÃO: (valor: dois pontos)

O que diferencia o princípio do livre convencimento do da íntima convicção?